



## **ATA REUNIÃO ONLINE DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO - CMDRSS**

**Data:** 24/02/23

**Horário:** 10:00 horas

**Plataforma:** Google Meet

### **Participantes:**

Cristina Abi Jabbour (CA/SMDET); Bruna Pereira (SGM); Cyra da Costa (SMVA); Debora Sahyun (Dep. Des. Sustentável/SAA); Eliana Lins Morandi (Pesquisadora Agricultura Urbana); Fabiana Miwa (CA/SMDET);; Guilherme S. Fracarolli (SFA/MAPA); Kimberly (Conselho da APA Bororé-Colônia); Joelma Marcelino (Agricultora Zona Leste); Lia Palm (CA-COSAN/SMDET); Lucas Volpato (CATI/SAA); Luzia Souza da Silva (Agricultora zona sul); Magno Celso (Agricultor zona norte); Marcio M. Boggarim (Terras Indígenas); Maria Lucia Bellenzani ( Rappa); Marta Fabiano Sambiase (COMUSAN); Mathews Vichr Lopes (CA/SMDET); Patricia Marra Sepe (SMUL); Raquel Ponte (SMUL); Rose Duarte (Agricultora zona sul); Tatiane Aparecida Soares Johann (CA/SMDET); Terezinha dos Santos Matos (Agricultora zona leste); Vanda Costa (Movimento de Agricultora Urbana Z. Oeste);

### **Registro:**

Em 24 de fevereiro de 2023 foi realizada a 2ª reunião ordinária da 3ª gestão do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – CMDRSS, Biênio 2023/2024 por meio de plataforma digital. Iniciada a reunião, Lia cumprimenta a todos os presentes e expõe a pauta com os seguintes itens: Proposta de Trabalho para o ano de 2023; LUPPA (Laboratório Urbano de Políticas Públicas Alimentares); Comitê Executivo do CMDRSS; Insegurança nas hortas - furtos, invasão de terra para



loteamento; GT Zona Norte; POT Agricultura; Informe sobre a ATER; Atualização sobre o PMADRS; Editais Acelerando Hortas e PSA; Dados Quantitativos da Agricultura e do Agricultores de SP; Informe sobre PDE; Informes Gerais.

Cristina anuncia que a Pesquisadora Eliana Morande está presente, dá as boas-vindas e a chama para fazer uma apresentação de sua pesquisa sobre Agricultura Urbana na próxima reunião do CMDRSS. Na sequência, Lucas tem a fala e relata que a SAA (Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de SP) está fazendo um levantamento de perdas de produção de alimentos devido ao excesso de chuva, e solicita que e agricultores da cidade de SP, assim como técnicas/os tentem quantificar isso perguntando aos atendidos para que se possa iniciar um trabalho de planejamento acerca do assunto. Lia inicia a próxima pauta: proposta de Trabalho para o ano de 2023. Cristina, de forma sucinta, fez uma retomada de como foi o funcionamento do conselho na gestão anterior. A gestão anterior ficou muito focada na produção do PMADRS (Plano Municipal de Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável). Além disso, eram produzidas moções para provocação construtiva de ações pertinentes ao tema da agricultura como a questão de Dotação, apoio à Cooperapas com relação à multa, solicitação de informações acerca do acampamento Irmã Alberta em Perus à SABESP, INCRA e ITESP, apoio à Horta Cultural Vergueiro, foram criados cinco GTs (Grupos de Trabalho), a saber: GT Zona Norte, GT PROAURP, GT Art. 48, GT PMADRS e GT das Mulheres que se transformou na RAPPa – Rede de Agricultoras Paulistanas Periféricas. Foram feitas reuniões regionais com o intuito de ouvir mais atentamente a região foco. Patricia, com a fala, comenta que o PDE (Plano Diretor Estratégico) possui um conselho gestor de monitoramento da implementação do plano com um sistema de indicadores que acompanha as metas e, pensa que para o PMADRS, será necessário algo com o mesmo conceito e imagina será feito pela CA (Coordenadoria de Agricultura) e ainda esse monitoramento poderia ser publicizado por meio do website da SMDET/CMDRSS. Continuando, disse que o CMDRSS sempre funcionou por meio de demandas e pensa que poderia se ter algo mais propositivo, como para a questão do saneamento. Lia, com a palavra, discorre sobre um possível GT de monitoramento do PMADRS e em possíveis ferramentas de publicização e de



que está se fazendo um trabalho de estruturação de monitoramento na CA. Lia retoma o assunto das ATAs, que na próxima reunião sejam aprovadas as ATAs de JAN/22 e FEV/22. Lia sugeriu que as reuniões tivessem início às 9h ou 9h30 para um melhor aproveitamento do tempo de trabalho. Após uma votação, o horário das 9h foi o vencedor, que será implementado já na próxima reunião ordinária. Ainda com a fala, Lia comenta que os GTs de forma geral são propositivos e que o GT existente do PMADRS poderia ser transformado no GT de Monitoramento e trazer para a próxima reunião um compilado sobre os GTs, com informações sobre resultados, objetivos, integrantes, plano de trabalho, prazos e de se estabelecer uma rotina de apresentação de status para o Pleno.

Cyra informa que existe uma proposta de institucionalizar a questão do Art. 48 pela SVMA, via Portaria. O material que o GT Art. 48 produziu seria empregado, então vai se partir do que já foi acumulado de informação e convida o CMDRSS e CA para fazer parte como convidados. Destaca a importância da CA/SMDET no PLANPAVEL (Plano Municipal de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres) e inseri-lo em algum GT.

Maria Lúcia achou relevante a iniciativa da SVMA com relação ao Art. 48, mas questiona se contribuições de quem não faz parte do poder público pode ocorrer e Cyra esclarece que se poderá incluir a participação por meio de Convite. Luzia perguntou sobre os insumos para a agricultura, como acessá-los e fala da importância de se ter o maquinário adequado para cada fase de produção e afirma que isso deveria ser um ponto de atenção da CA. Rose reitera a questão dos insumos e fala sobre a poda da ENEL, que seria importante ter um local de entrega para acessar essa poda pelos agricultores, pois a mesma não consegue entregar porta a porta. Percebe uma falta de estrutura com relação a carro fixo na CAE (Casa de Agricultura Ecológica) Sul. Joelma relata que por conta da chuva estão aparecendo insetos e moluscos, como lesma, e relata que pessoas estão criando hortas em terrenos que antes eram ponto de recebimento de materiais de construção. Patrícia expõe a importância de capacitação das conselheiras e conselheiros e chamar, por exemplo, a Rute Cremonini ou pessoas do próprio conselho como Luccas Longo para falar de forma breve sobre o que é



orçamento e assuntos afins a um conselho, como uma formação básica. Tatiane falou da importância de material de poda para conter a produção neste tempo de chuva abundante. Patricia e Maria Lúcia concordaram em não se criar um GT Saneamento, mas que o assunto é muito importante para a Agricultura. Marta indagou se o CMDRSS tinha uma diretriz de trabalho específica com relação a objetivos e prioridades. Lia respondeu que o próprio PMADRS era essa diretriz. Terezinha falou da importância dos insumos devido ao excesso de chuva e o processo de lixiviação do solo, e em seguida virá o tempo seco. Lia disse que um GT de acompanhamento da ATER poderia ser considerado para que agricultores possam de alguma forma colocar seus olhares, opiniões e suas urgências. Cristina vai criar uma planilha para que as pessoas possam se inscrever nos GTs e sugerir a criação de novos, se for o caso. As ideias dos Grupos de Trabalho foram: GT Monitoramento do Plano e Orçamento para a Agricultura; GT PROAURP; GT ART. 48; GT Zona Norte; e GT ATER.

Lia passou para a pauta da ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural). Explicou que o Programa Sampa+Rural estrutura todos os programas e ações da CA e que poderá ser apresentado em mais detalhes em próximas reuniões se for de interesse do Conselho. O Programa contempla três pilares: reconhecimento da atividade na cidade e reconhecimento das/os agricultoras/es, ATER individual com visão territorial e coletiva, conexão com o mercado e acesso aos alimentos. Há três Casas de Agricultura na cidade e é oferecida assistência técnica individualizada. A CA foi criada em FEV/22, ou seja, ainda está em estruturação. Em 2023 estará progressivamente mais estruturada. Além disso, em FEV/23 os Institutos Kairós, por meio de uma Parceira de ATER, foi selecionada por meio do CHAMAMENTO PÚBLICO – EDITAL n. 012/2022/SMDET. Processo Sei nº 6064.2022/0000367-9 para apoiar o trabalho da Coordenadoria. Os técnicos da CA estão sendo capacitados em Agroecologia e os que chegaram recentemente, principalmente, em ATER. Explicou que cada área atendida pela PMSP receberá um valor de R\$500,00 a R\$ 5.000,00 em insumos a depender do porte do local e das necessidades específicas de cada um. Como próximo passo, será elaborado um plano individual de desenvolvimento produtivo regenerativo em conjunto com cada local de agricultura e a equipe da CAE. A partir desses planos será definido quais insumos e em quais quantidades serão alocados. Lia comentou que a poda da



ENEL pode ser entregue na CAE Sul e Rose comenta da importância desse material não vir “sujo”, com plástico, que não pode ser capina mas sim de poda de árvores. Lia informou que mais agrônomas/os chegarão e de que há um processo de pregão para contratação de frota de sete carros para a CA. Também, que está incluída na parceria de ATER, a manutenção dos implementos agrícolas e compra de novos equipamentos para complementar o Programa Patrulha Agroecológica. Sobre problemas com insetos e pragas, esses devem ser direcionados à assistência técnica e serão contemplados no atendimento de ATER. A respeito de novos lugares de agricultura, assunto que Joelma trouxe, é possível cadastrar na Plataforma Sampa+Rural (<https://sampamaisrural.prefeitura.sp.gov.br/incluir-local>) e fazer o pedido de atendimento pelo fale conosco (<https://sampamaisrural.prefeitura.sp.gov.br/contato>). Mathews resumiu o Programa Sampa+Rural: 1º: ATER pela CAE, e ressalta que não haverá atendimento direto pelo Kairós, que tem o papel de apoiar a PMSP; 2º: POT Agricultura; 3ª Patrulha Agroecológica; e 4º Parcerias. O objetivo é se fazer um Plano de Trabalho Individual e também promover a melhoria da condição tecnológica dos lugares de agricultura por meio da disseminação dos bioinsumos e outras técnicas agroecológicas. Lembra que hoje o Programa Sampa+Rural tem o objetivo de atender pelo menos 400 locais de agricultura de forma estruturada fazendo menção à Meta 61 do Plano de Metas. Hoje, o atendimento já alcança 230 lugares. A interação com a Plataforma Sampa+Rural aumentou nos últimos meses por meio da solicitação de atendimento ou cadastro de novas hortas – média de 2 por dia. Cyra comentou sobre se fazer um convite aos/às engenheiros/as agrônomas das subprefeituras das áreas atendidas pela CA, para participarem das formações. Lia comentou que neste primeiro momento ainda não será possível pois a própria equipe da CA tem cerca de 30 servidores a serem capacitados, mas, que no médio prazo, será muito relevante essa ação. Marcio comenta que em seu território (indígena Jaraguá) surgiu uma demanda com relação ao POT Indígena assim como na região sul uma vez que o Programa Bolsa Trabalho está chegando ao fim. Lia comentou que na CA há um grupo específico que trabalha com a temática dos indígenas e que haverá POT para as duas regiões de aldeias indígenas, ainda que não nas quantidades de bolsas existentes atualmente no Bolsa Trabalho. Cristina deu o informe sobre o PDE e mostrou as



sugestões realizadas em conjunto com a Patrícia que comentou da importância de se fazer um documento SEI do CMDRSS para registrar e enviar à secretaria responsável as contribuições. Mathews deu informe sobre três programas/ações: POT Agricultura – das 200 vagas disponíveis para esse 1º momento, há 168 bolsistas inscritos em 90 lugares de agricultura; Programa Sampa+Rural Acelerando Hortas oferecerá um prêmio de R\$ 30 mil para 20 locais de agricultura e as inscrições se encerram em 03/03. O Programa de Pagamento por Serviços Ambientais - PSA, também adiou a inscrição para o dia 03/03. Lia informou que o servidor Tony, da SVMA, que não pode estar presente, informou que a SVMA está trabalhando para que se tenha um PSA Indígena.

GT Zona Norte: Patrícia discorreu sobre o estudo do GT em promover a manutenção de um trecho de estrada rural/vicinal específico no Jd. Damasceno que é importante para a locomoção de produtores. Seria a continuação da Av. Hugo Ítalo Merigo que não tem denominação de rua e que continua para a zona rural. Patricia perguntou, via SEI, se a Avenida poderia continuar com o nome da Av. Ítalo Hugo Merigo e a pergunta acabou se desdobrando em um estudo cuja resposta da PMSP foi de que não haveria como fazer a manutenção deste trecho. Houve uma resposta negativa do Departamento de Cadastro de Logradouros, pois, como o trecho não é oficial e não consta nos cadastros de áreas públicas, a via não atende à legislação de oficialização de logradouros não podendo ser liberada para oficialização e extensão. Informou ainda que há um processo de regularização na SEHAB de 1995, mas que não está finalizado. Desta forma entende-se que a área é privada. Magno comenta que em reunião passada ele foi informado que, por meio de um pedido coletivo, haveria a chance da PMSP acatar o pedido de manutenção da estrada rural. Lia propõe como encaminhamento uma reunião do GT Zona Norte.

Expirado o horário da reunião os trabalhos foram finalizados, definindo-se que as pautas não tratadas serão discutidas nas próximas reuniões.